



## RESUMO DO LIVRO “A CIDADE DO FAVOR”: MONTES CLAROS EM MEADOS DO SÉCULO XX

Jamila Alves Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma contribuição à historiografia, o Resumo do livro “A cidade do Favor”: Montes Claros em meados do século XX (PEREIRA, 2002), faz uma análise da região de Montes Claros no Norte de Minas Gerais na década de 50, bem como, se dava as complexas relações sociais pautadas nas práticas coronelistas e a população de Montes Claros, a dicotomia entre a participação política e dependência recíproca, os favores e os compromissos como parte do processo histórico.

**Palavras-chave:** Montes Claros; Coronelismo; Favor; Participação Política.

### INTRODUÇÃO

A relevância deste trabalho consiste em apresentar uma relação dialógica entre população montesclarenses e suas lideranças políticas, e analisar como a figura dos coronéis se destacava e como ele exercia influência direta através da imposição de poder. Podemos compreender como que ao invés de compatibilizar os interesses individuais com os coletivos, os coronéis acabavam coibindo a liberdade de expressão através do sufrágio universal, colocando desta forma um entrave para a democracia.

Referindo-se a um marco conceitual apresentado por Pereira (2002), *A cidade do favor*, é uma contribuição à historiografia, que, ao analisar os anos 50 a região de Montes Claros no Norte de Minas Gerais, o autor recupera as relações sociais como motor de um processo histórico, mostrando como consolidava os diversos segmentos sociais e como se posicionavam frente à política desenvolvimentista que justificava as ações do Estado Brasileiro nesse período.

Essa análise de Montes Claros em meados do século XX compreende o palco da configuração das cidades mineiras, de atores políticos diversos, fazendeiros, profissionais

---

<sup>1</sup>Graduanda de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Discussão realizada como parte do trabalho monográfico

liberais, comerciantes, estudantes, donas de casa, trabalhadores rurais e operários. “Cidade do Favor”: espaço de hegemonia das elites, ambiente de resistência de uma população subordinada, mas consciente, dependente, mas ativa. (PEREIRA, 2002).

Esses aspectos observados pelo autor demonstram as relações do Estado, as elites e a população emergindo práticas cotidianas de dependência, favores e compromissos, que compõem não só as práticas de dominação, como as estratégias de inserção políticas dos montesclarenses. As análises feitas por Pereira (2002), conduzem a percepção de que Montes Claros se apoia nos conceitos de coronelismo e mandonismo, onde a figura do homem que detém poder domina a população a partir de suas lideranças políticas, através de favores o que legitima a dependência recíproca, porém paralelamente possibilita a articulação de grupos em estratégias para a participação política que ocorria nesse período de efervescência no Brasil e especificamente em Montes Claros.

Em face dessas contingências, Pereira (2002), faz uma reflexão sobre a política desenvolvimentista em Montes Claros abordando os instrumentos de dominação e participação política, através dos mitos, da teatralização dos eventos, da violência, das práticas de favor. Na política desenvolvimentista em Montes Claros, o autor mostra como o norte de Minas Gerais esteve à margem dessa política, pois não possuíam investimentos básicos de infraestrutura. Outro detalhe importante relativo à Montes Claros, e que é bem ressaltado pelo referido autor é que a cidade foi marcada por muitos problemas como desemprego, pela deficiência dos serviços de água, esgoto e iluminação, pelo analfabetismo e pela figura do coronel que encontrou espaço para se afirmar enquanto tal.

A cidade nas palavras do autor era desprovida de renda, serviços públicos decadentes e a população era afastada dos seus direitos políticos, o que caracterizou o personalismo com ênfase no homem com capacidade de auto-realização, ou seja, uma pessoa dotada de virtude. Em síntese, a figura dos líderes, como a teatralização de episódios e campanhas eleitorais, onde as elites locais tentavam concretizar a prática do favor como marca central das relações sociais.

A população concordava e protestava ao mesmo tempo, demonstrando de certa forma suas estratégias de participação política. Conforme referencia Pereira, as décadas de 1940 e 1950 foram o período de efervescência dos programas desenvolvimentistas com uma imagem romântica de um Brasil novo. Entretanto, os estudos das relações predominantes no interior do país revelam um mundo marcado pela miséria, por práticas políticas e principalmente práticas de dependência. Pretende neste trabalho, entender exatamente o

estudo dessas relações, como se dava a relação entre população e os grupos políticos na cidade de Montes Claros.

## **A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA EM MONTES CLAROS**

Como destaca Pereira (2002), durante o mandato de Juscelino Kubistchek em meados de 1950 o país alcançou os maiores índices de crescimento jamais vistos na trajetória brasileira. O processo de industrialização e o intenso crescimento populacional possibilitaram complexas relações sociais e práticas políticas diferenciadas, no entanto, algumas já existentes e outras que emergiram ao longo da década.

Nesse sentido, a década de 1950 testemunhou um estado centralizado, planejador e provedor da nação, surgindo assim três partidos no Brasil. O Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido União Democrática Nacional (UDN) que atuaram com muita influência na época, tinham a necessidade de melhorar seus interesses políticos. Em âmbito estadual, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Republicano (PR) partilhava de interesses da elite, bem de fazendeiros e dos comerciantes. Enquanto a União Democrática Nacional (UDN) não tinham força política e apoiavam candidatos de fora da cidade.

Segundo Pereira (2002), quando aproximam às eleições os favores prestados à população aumentam significativamente. Nesse sentido, atribui-se ao voto o caráter de mercadoria, ou seja, as pessoas vendem seus votos em troca de favores individuais ou grupais, o que acaba legitimando essas práticas. “É na efervescência dos períodos que antecedem às eleições que se intensifica a prestação de favores, a abertura de estradas, nomeações de professoras, delegados e subdelegados; e os favores prestados ao longo dos anos, cotidianamente são lembrados”. (PEREIRA, 2002, p.23).

A década de 1950 foi marcada pelos maiores índices de desenvolvimento econômico registrados no Brasil. A audácia de modernizar o país pelo alto, caracterizado pelo plano de metas do presidente Juscelino Kubistchek, levou o país a conquistar autonomia financeira. O plano de metas visava investimentos em energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. E o principal objetivo do plano era estabelecer as bases de uma economia industrial madura no país, especialmente aprofundando o setor produtor de bens de consumo duráveis, por exemplo, a indústria automobilística.

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento no Brasil o governo lançou mão do plano de metas, que a princípio parecia uma boa resposta para recuperar a economia. Vale

ressaltar que existia um discurso político de que a riqueza adquirida seria igualmente dividida para toda a sociedade brasileira. No entanto, na primeira fase de sucesso do plano de metas o cenário continuou o mesmo, a intervenção do estado não resultou em absolutamente nada. Nesse sentido, apenas uma minoria foi beneficiada, o que acabou por afirmar a imagem de um país com muitas fragilidades e especialmente que reproduz desigualdades sociais.

Em Montes Claros nesse mesmo momento histórico a esperança oscilava com a frustração. O ápice do desenvolvimento vigorou na segunda metade da década de 60, através da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que conseguiu investimentos para a cidade. As elites locais se organizaram para abdicar interesses regionais. A imprensa era composta pelo Partido Social Democrático (PSD) e Partido Republicano (PR) e foi imprescindível para disseminar o discurso do desenvolvimento e ideais de civilidade.

Percebe-se que ao mesmo tempo em que a imprensa destacava a relevância do desenvolvimento, Montes Claros vivia em extrema pobreza, carestia, não tinha saneamento básico, estradas e energia. Diferente do crescimento econômico, o Brasil e especificamente o Norte de Minas acusava uma contradição entre o aumento do capital e o aumento dos problemas sociais, elencando que o desenvolvimento conseguiu apenas consolidar o capitalismo.

O governo de Juscelino Kubistchek trouxe à população montesclareense a esperança de mudanças no município. Essas mudanças não aconteceram como cita o autor no caso da energia que sem dúvida é o exemplo mais pertinente. A energia elétrica que a população utilizava era precária, conforme Pereira durante a estiagem ocorria interrupções elétricas de forma que na cidade faltava energia e seriedade para tratar a questão da eletricidade no município.

Devido às cobranças da população, o governo instalou os motores a diesel para resolver temporariamente a falta de energia. A infraestrutura básica prometida pelo presidente através do estabelecimento das metas não contemplou o norte de minas, conseguiu apenas frustrar os cidadãos que esperavam melhorias nos mais variados segmentos da sociedade brasileira, uma vez que, a realidade era contraditória ao crescimento econômico.

Em 1957 Montes Claros renasce das cinzas. A festa do centenário durava semanas e eram muitos espetáculos, exposições, solenidades de todos os tipos, desfiles retratavam uma cara nova para a cidade. Entretanto, não passava de interesses estritamente políticos, pode-se dizer que:

A invenção do Centenário de Montes Claros insere-se no contexto de entusiasmo característico do período e reflete a vitalidade da pecuária local, maior força econômica e braço direito da Prefeitura Municipal na promoção da festa. Mas, além disso, foi uma estratégia cuidadosamente planejada para solidificar relações políticas de dependência e dominação, construir a imagem de uma cidade moderna, de um povo ordeiro e trabalhador e, por fim, atrair os tão reclamados investimentos do Estado e da União (PEREIRA, 2002, p.49).

Outro aspecto relevante do Centenário era desconstruir a imagem de que Montes Claros era a terra de homens cangaceiros, o que incomodava constantemente as pessoas que ali viviam. No entanto, a festa seria essencial para tirar o estigma atribuído à cidade colocando-a em um patamar elevado e sofisticado podendo assim se autodeclarar como industrializada, moderna e conhecida mundialmente pela sua nova trajetória política e econômica.

As lideranças locais e a figura ilustre do presidente Juscelino Kubistchek enfatiza como as elites políticas aproveitavam as festas para fazerem seus discursos. O presidente, por exemplo, fez um longo discurso sobre a bravura e virtudes do homem norte mineiro. Aproveitando a oportunidade reafirmou suas promessas de como resolver os problemas mais cobrados, a energia e o abastecimento de água. Portanto, a esperança resgatada a partir da fala do presidente acabou junto com as festividades do centenário.

De volta à realidade a cidade era exatamente a mesma, os mesmos problemas, as mesmas lideranças políticas e desta vez sem perspectiva para o futuro. No ano seguinte 1958 era tempo de eleições municipais como descreve Pereira (2002):

1958 foi ano de eleições municipais. Era a hora de colocar o “congraçamento político”, os êxitos e fracassos do Centenário. O PSD e PR concorreram às eleições lançando Geraldo Athayde para prefeito e Cel. Domingos Lopes da Silva para vice. A campanha do “prefeito do centenário” assentava nos trinômios, água e esgoto, energia elétrica e calçamento (PEREIRA, 2002, p.70).

O seu oponente foi o engenheiro Simeão Ribeiro que venceu as disputas eleitorais, o que possibilita uma análise de que os eleitores estavam novamente atentos para a situação atual já que a cidade apresentada no Centenário foi apenas uma idealização por parte de um grupo que tinha interesses estritamente políticos.

O referido autor apresenta também as características econômicas da região ressaltando que o ponto forte de renda na localidade era a agropecuária. Entretanto, como vinha acontecendo no Brasil a indústria era incentivada e se tornava primordial para o desenvolvimento, e no caso de Montes Claros foi integrada como outra fonte de renda. E com o surgimento da SUDENE e sua atuação no norte de Minas criaram-se expectativas com relação ao progresso do município.

A outra imagem de Montes Claros não foi publicada pelos jornais. O aumento generalizado dos preços, o desemprego e a pobreza passaram agora com frequência a serem estampadas nas primeiras páginas dos jornais. O aumento da população, devido muitas pessoas que vinham trabalhar na região, agravou ainda a situação precária enfrentada pela população, como mencionado, esses problemas gerou um caos urbano.

Com tanta indignação emergiram vários protestos, os estudantes reivindicando contra a carteirinha que só poderia ser reconhecida com o carimbo de Cel. Ribeiro, as donas de casas protestando contra a carestia, ou seja, o custo de vida estava muito alto a ponto das famílias não terem condições de comprar produtos de consumo diário. Percebe-se, que ambas as reivindicações tinham como objetivo resolver o mal-estar vivido pelos habitantes de Montes Claros.

Portanto, os investimentos que tantos desejavam para a satisfação das necessidades básicas como infraestrutura, não aconteceu de fato. A marginalização de Montes Claros frente às políticas desenvolvimentistas ficou evidente, a ideia de um povo civilizado com progresso econômico não concretizado. O centenário só arrochou as relações de compadrio, como bem expressa Pereira (2002):

O Centenário foi uma invenção “tradição inventada” pelas elites de Montes Claros. Seus objetivos foram: solidificar as relações sociais de dependência e dominação da população por meio da transmissão de valores e comportamento; construir a imagem de uma nova cidade, próspera e pacífica, em âmbitos estadual e nacional e, por fim, servir como estratégia de atração de investimentos públicos para o município. (PEREIRA, 2002, p.87).

Em suma, a década de 1950 foi considerada para as elites locais momento de efervescência do desenvolvimento econômico. Paralelo a essa visão, a população não evidenciou nenhuma mudança estrutural, o que prevaleceu foi à miséria, carestia, desemprego, deficiência no abastecimento de água e de energia, portanto, um caos social. Embora todos esses problemas, a população teve um papel fundamental reagiu e participou intensamente das manifestações demonstrando sua consciência diante de uma minoria.

Em conformidade com Pereira (2002), o período desenvolvimentista trouxe esperança á Montes Claros. Embora a situação não fosse a mais favorável os problemas voltados para a falta de estradas e energia elétrica atingiam a cidade como um todo desde a indústria à população. A esse respeito, o cenário era ideal para a inserção das elites locais no município através dos programas de desenvolvimento para a região.

## A SACRALIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DO POLÍTICO

As diversas formas de dominação política eram firmadas pelas práticas coronelistas. Conforme Pereira, a dependência simbolizava os laços de lealdade entre coronel e eleitor que a partir do voto legitimavam a dominação. Como é destacado na obra, em Montes Claros o coronel era visto como o salvador e defensor dos pobres.

Em Montes Claros, o coronel apresenta-se e é apresentado como um indivíduo acima dos homens normais, não apenas por seu poder econômico ou influências, mas também pelos seus dotes especiais de nascimento ou formação acadêmica. As representações do “guia”, “o condutor de massas” inato, dotado por Deus para orientar e “conduzir os destinos” ou o profundo conhecedor da sociedade por sua “cultura”, são enfatizadas no sentido de projetar a liderança e a instância do político para uma dimensão superior, não acessível a todos. (PEREIRA, 2002, p. 105).

Como mencionado, Pereira (2002), o coronel representava a imagem de um ser dotado de virtudes e com a missão de salvar a população dos problemas enfrentados no cotidiano. Nesse sentido, era o agente de transformação política e conhecido pelas suas boas ações sendo considerado como o defensor dos oprimidos. Os coronéis pertenciam à elite agrária e eram os mesmos que detinham o poder econômico, político e influências na região, portanto, quem resolvia a maioria dos pedidos de ajuda da população tornando assim provedor das necessidades no município.

Dentro dessa ótica, Pereira (2002, p.93), a década de 40 e 50 em Montes Claros marcaram relações sociais e políticas de dependência recíproca, os favores e concomitante os compromissos fazem parte da história da cidade. O estreitamento dos laços entre o povo e as elites, município e estado faziam parte da vida dos montesclarenses e se acentuavam próximo das eleições relatando a dominação política e social.

Outro detalhe importante relativo à figura do coronel é o carisma, pois apresenta como uma das características principais para conquistar seu público e exercer dominação sobre eles. As colocações do autor conduzem a percepção de que não basta ter apenas poder econômico, é necessário atributos especiais para alcançar respeito e admiração. Segundo Queiroz (1975), citado por Pereira (2002, p. 95), os bens econômicos são essenciais mas somente a fortuna não garante sua posição tem que ter dom para liderar.

No que se refere ao coronelismo, o tema é abordado por diversos autores que ressaltam como surgiu e como essas práticas conseguiram espaço ao longo do tempo. De acordo com Pereira, os pontos de vistas são diferentes, um dos primeiros a tratar do assunto, Leal (1948) citado por Pereira (2002), evidencia que o coronelismo se consolidou no sistema político no período da Primeira República, sendo assim, a único ponto defendido por ambos

os autores do tema. Devido ao caráter descentralizado da política e os estados terem grande adesão, a história registra o período que ficou conhecido como o coronelismo. No sentido de que, a figura dos coronéis superava muitas vezes o poder do próprio governo, a esse respeito os coronéis tinham autonomia suficiente para cuidar de seus municípios.

Para Leal (1948) citado por Pereira (2002), o coronelismo se estruturou devido o sistema político representativo, a república federativa e a elite agrária. Existia um nivelamento entre economia, política e a prática do favor. Outros aspectos foram apresentados por Souza (1995) citado por Pereira (2002), o coronelismo é entendido a partir das políticas assistencialista-paternalistas e clientelistas que se desenvolve em determinados ambientes e o mais atrativo é o município.

A fim de compreender a problemática, o autor analisa os personagens em Montes Claros no século XX e destaca como o carisma, o poder econômico, a política de assistência, a mídia e as fraudes foram importantes para facilitar e manter a ascensão dos coronéis em sobreposição às camadas populares. Nesse sentido, o coronel além de líder político, ele utilizava de inúmeras estratégias para conquistar e manipular o povo para então exercer domínio sobre eles. Estas colocações do autor vão ao encontro de duas formas de legitimação do poder “medidas ‘não práticas’ como a propaganda, os discursos e a teatralização do poder: e ‘medidas práticas’ como a prestação de favores pessoais, a violência e a fraude” (PEREIRA, 2002).

Em Montes Claros, o coronel se apresentava como representante do povo. Eram conferidas características especiais para quem era líder político, e de acordo o autor era necessário um conjunto de imagens:

Esse conjunto de imagens é mobilizado para construir o líder político, para conferir-lhes uma dimensão extraordinária. Episódios como datas de aniversários, inaugurações e falecimentos eram os momentos de maior efervescência do imaginário do caráter sobrenatural do líder (PEREIRA, 2002, p.106).

Na visão de Pereira, os velhos coronéis como Antônio dos Anjos, Camilo Prates e Filomeno Ribeiro eram os exemplos clássicos a serem seguidos, eles possuíam postura e qualidades admiráveis. Relata-se que na década de 50 houve o aparecimento de novas lideranças, e o que se observa é que não aconteceu nenhuma ruptura com relação ao modelo tradicional, muito pelo contrário mantiveram um bom relacionamento, uma vez que, ambos partilham das mesmas concepções políticas. Dentre os novos coronéis, destaca-se o médico Antônio Teixeira de Carvalho nomeado durante o Estado Novo para conduzir o destino de Montes Claros.



Uma das figuras mais relevantes foi “O prefeito Capitão Enéas Mineiro de Souza 1951-1955 exemplo mais acabado de culto à personalidade, de sacralização.” (PEREIRA, 2002, p.106). Segundo o autor, o capitão Enéas era militar e veio do Nordeste devido à expansão da ferrovia do Norte de Minas e enriqueceu como grande empreiteiro. Durante seu mandato na prefeitura, seus momentos de glória aumentaram ainda mais. O jornal Gazeta do Norte e o Jornal de Montes Claros que pertencia ao próprio capitão foi utilizado como o principal instrumento de sua propaganda política.

Nessa mesma perspectiva, “Ao ler o jornal, têm-se a sensação de que o empresário e prefeito era, de fato, um homem acima dos demais, um ser extraordinário” (PEREIRA, 2002, 107). A imagem e os dotes do Capitão Enéas como a bravura, força e autoridade está dentro do imaginário político da população na época. Fica subjulgado que para ser um líder essas virtudes são essenciais e fica patente também no decorrer da obra, que existem pessoas predestinadas a governar e outras predestinadas a obedecer.

Para o autor, Filomeno também foi um líder carismático. Era fazendeiro e industrial e a ele pode-se associar o PSD até sua morte. As suas qualidades apareciam no discurso devido sua tranquilidade e capacidade de instaurar a ordem. Essas premissas apontam para uma política construída e arraigadas nas tradições e valorização do homem. Outro aspecto importante é a valorização do conhecimento científico que foi apresentado pelo autor como uma característica essencial para as novas gerações em sua carreira política. Os médicos, advogados e engenheiros estavam sempre compondo as campanhas eleitorais, já que a influência acadêmica o torna ainda mais preparado para liderar a população.

Fica patente a teatralização dos eventos durante o período das eleições, as grandes cerimônias, shows, discursos, missas, aniversário do prefeito e sepultamentos configurava como um elemento para perpetuar as tradições políticas. Esse teatro político serve para manter o poder, além de introjetar valores e simbolismo para sustentar a dominação política.

A teatralização era, portanto, um elemento constitutivo das relações políticas em Montes Claros. A relação do “coronel” com o eleitor, marcava-se por essas estratégias que conferiam ao primeiro uma ascendência sobre o segundo que reforçava a dominação. Mas não era só isso, em conjunto com o imaginário do Salvador, com força de suas imagens, os “coronéis” executavam ações “práticas” (PEREIRA, 2002, p.129).

Essas práticas segundo Pereira tinham um efeito expressivo sobre a população local tanto das zonas rurais como na zona urbana com influências que poderiam determinar suas decisões. “Assim, o momento do ritual político podia significar uma estratégia de um

grupo específico, mas também significava a oportunidade de afirmação do “modelo” dominante cujos valores em comuns à elite” (PEREIRA, 2002, p.123).

Com base no autor, o favor é significativo para a legitimar as relações de dependência. Para o autor, em troca do favor o voto era o mais almejado pela a elite política, e era uma prática extremamente natural que não se dava as escondidas, principalmente nas campanhas eleitorais a distribuição de alimentos, remédios, roupas, sapatos e dinheiro aumentavam consideravelmente como bem relata Pereira:

O favor poderia ser prestado ou conseguido de múltiplas formas. Em 1951, o Ferroviário Esporte Clube encontra-se em vias de extinção por carência de recursos. Solução encontrada: escolheu o Prefeito Enéas Mineiro como seu presidente de honra, prestando-lhe uma homenagem festiva. Em troca, o Prefeito ofertou ao clube Cr\$ 3.000 para manter suas atividades. O caso foi publicado com entusiasmo na primeira página de *O Jornal de Montes Claros* (PEREIRA, 2002, p. 133).

Outros dois aspectos foram apontados como elementos primordiais para o mando coronelista, a violência e as fraudes eleitorais. A violência como afirma o autor, sempre fez parte do cotidiano e da política de Montes Claros, uma vez que, camuflados pela imprensa local. As fraudes como subordinação de militares e com relação ao próprio sistema eleitoral eram constantes, embora nunca provados, fizeram também parte das práticas políticas do município.

A violência combinada com favores, “honestidade” e fidelidade constituíam, pois, o receituário do bom político. Este pensamento é compartilhado por outros: “(...)” O sujeito prendia, ou mandava bater dá um coro, batia ne gente, batia. Não era só a polícia que batia não. Se num andava direito, entrava no coro (PEREIRA, 2002, p. 196).

Corroborando com essa ideia de dominação política, o autor retoma a respeito da população que ao mesmo tempo era dependente e ao mesmo tempo ativa. Nesse sentido, essas práticas de dependência acabavam sofrendo limitações durante toda a década de 40 e 50, essas premissas apontam que as pessoas eram conscientes e participaram intensivamente da política local, discordando das ações ou assimilando-as.

## **AS ESTRATÉGIAS POPULARES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Segundo Pereira, a participação da população nas questões políticas destacou-se ao longo dos anos. As estratégias de sobrevivência e ação política configuravam a relação entre eleitor e liderança e o papel que cada um desempenhava dentro deste processo.

Como vem sendo discutido neste capítulo, o eleitor, embora subordinado, desempenhava um papel ativo na relação política e apesar das elites construírem e divulgarem as imagens de um povo ignorante e incapaz, verifica-se que tal discurso

não era assimilado no todo, ou sofria a oposição de um contra-discurso materializado na prática dos indivíduos. (PEREIRA, 2002, p. 162).

Para Pereira (2002), os eleitores tinham consciência e agiam individualmente e coletivamente para atingir seus objetivos. Como mostra o depoimento do Senhor Osmar Reis que exigiu um pano de boa qualidade para o coronel Domingos Lopes, já que ele era seu amigo e o seu voto era espontâneo. É notório, que o convívio é fundamental com os eleitores, ente amigos e coronéis que possuíam relação de favor e, nesse caso, como o eleitor era inteligente a ponto de conseguir individualmente alcançar seus interesses.

Segundo Pereira (2002), as ações coletivas seriam as mais bem pensadas pela população. O recurso era o abaixo assinado utilizado como porta voz em função das necessidades principais, como foi o caso dos moradores reivindicando melhorias em seus bairros. Além disso, vários outros exemplos que podem ilustrar o apelo dos mais diversos segmentos da população montesclareense, desde os estudantes até o movimento das donas de casa.

A partir dessas análises, verifica-se como a população se comportava frente o discurso dominante, na medida em que aceitavam e também discordavam. “No primeiro caso, percebe-se sua participação efetiva na troca de favores com as lideranças políticas e com o poder municipal; a mesma entidade tece críticas às lideranças e aplausos, condenam algumas atitudes e apresenta suas reivindicações” (PEREIRA, 2002, p. 162). Percebe-se a dicotomia entre o movimento contínuo de críticas e o momento de aplausos.

As pessoas, nesse sentido conseguiam distinguir os mais diversos atores políticos e diante das práticas de compadrio apoiavam ou discordavam dependendo de seus interesses individuais ou de determinado grupo. A participação da população nos protestos e manifestações ressalta em parte a consciência da população em sobreposição ao sistema de dominação política. Ao mesmo tempo, que consistia a dupla face da dependência mútua: população versus lideranças políticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a contribuição teórica da obra do autor a cidade do favor apresenta as relações sociais e o sistema político vigente de Montes Claros em meados da década de 40 e 50, relações essas marcadas pela a cultura do favor, dependência mútua da população com a elite política.

Nesse período, ocorriam intensas modificações na dimensão econômica do país e especificamente em Montes Claros. As políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubistchek trouxeram esperança para o município, uma vez que, a industrialização abriria oportunidades de acumulação de capital para a cidade e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida.

Em decorrência dos problemas sociais, as elites políticas do município mobilizaram para assegurar do estado os investimentos que necessitava o município, energia, saneamento básico, transporte e modernização tecnológica, ou seja, investimento nas indústrias. No entanto, a invenção do Centenário tinha como objetivo mostrar a imagem de uma nova cidade e aproveitar a participação do governo no momento festivo para então pressionar na liberação dos recursos.

Embora a festa do Centenário ocorreu como haviam planejado os investimentos só apareceram depois com o surgimento da SUDENE que atuou no norte de Minas durante o período, criando muitas expectativas com relação ao progresso do município. O Centenário serviu apenas para estreitar as relações de dominação da elite em sobreposição com as camadas populares.

A hegemonia política “Não obstante ter se constatado a hegemonia das elites e a existência de um sistema político autoritário e violento, viu-se também que a dominação não foi exercida sem questionamentos ou obstáculos” (PEREIRA, 2002). A argumentação do autor revela o papel fundamental da população em contradição aos mandos dos coronéis e dos demais políticos locais. Portanto, eram capazes de reconhecer suas práticas políticas e decidir se assimilariam ou discordariam de suas ações.

Em vista dos argumentos apresentados, a análise da cidade do favor traz questões imprescindíveis para a discussão. Como conclui Pereira, as práticas coronelistas resultam de manifestação do poder privado e são legitimados pelos agentes que dependem deles, ainda hoje o favor é percebido nos processos políticos e processos sociais como resquícios do sistema coronelista. Portanto, essas práticas de dependência representam um entrave para a emancipação dos cidadãos e compromete a consolidação da democracia.

## REFERÊNCIAS

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em Meados do Século XX.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.